



GT 25. Corpo, gênero e sexualidade: presenças, ausências e urgências em tempos de retrocesso

Coordenador(es):

Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Silvana de Souza Nascimento (USP - Universidade de São Paulo)

Esta proposta busca mapear pesquisas situadas no diálogo entre os estudos de gênero, sexualidade, corpo e saúde. Partimos do pressuposto de que vivemos um contexto paradoxal. Por um lado, a expansão da produção têm possibilitado complexificar o conhecimento sobre relações de gênero, práticas sexuais, normatividades, sociabilidades, territorialidades, corporeidades, colaborando para uma resistência acadêmica à reprodução de formas de desigualdade estruturais e arcaicas na sociedade brasileira. Por outro lado, o avanço do neoconservadorismo e a ofensiva neoliberal ameaçam direitos sexuais e reprodutivos, provocam o desmonte do Estado e fragilizam as condições para a produção de conhecimento nas questões ligadas a gênero e sexualidade. Urge refletir sobre qual tem sido nossa agenda de pesquisa, que temas têm nos mobilizado e que assuntos têm tido menos espaço nos nossos fóruns de debate. Nesse sentido, o GT busca aglutinar trabalhos que nos ajudem a compreender práticas, identidades e saberes na contramão da heterocisnormatividade hegemônica, mas também modelos de heterossexualidade e masculinidade mais tradicionais, mainstream, ou até mesmo conservadores, que se colocam como força contrária à autonomia das mulheres e à defesa dos direitos humanos. As apresentações podem girar em torno de temas como contracepção, maternidade, aborto, HIV/Aids, diversidade sexual, transexualidade, transformações corporais, bissexualidade, mulheres lésbicas, relações raciais, entre outros.

"Mulher que perde filho também tem resguardo?: Sobre doulas e humanização do cuidado durante o abortamento

Autoria: Thaís Teles Rocha (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

A pauta dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil constituem um campo de disputa, marcado pelo debate da autonomia e do valor social da vida. Nesse contexto, os movimentos pela Humanização do Parto e do Nascimento têm interpelado mudanças no paradigma da assistência à saúde. A doula é uma profissional que atua oferecendo atenção integrada à pessoa gestante durante pré, pós e work de parto. As doulas têm conformado novos personagens no cenário da assistência ao parto e ativismo por humanização dos serviços de saúde. Desde meados 2013, diversos municípios em todo o país têm sancionado a Lei da Doula que permite a presença de uma doula nas salas de parto das maternidades públicas e privadas, quando e se as parturientes desejarem, independentemente da presença de acompanhante (também prevista por lei). Na maioria das situações de abortamento, porém, a humanização e/ou acompanhamento de uma doula não é um direito garantido. Durante este work, proponho pensar o evento do aborto sob a ótica do cuidado proposto pelas premissas da humanização do parto a partir do lugar da doula. Levanto interrogações sobre a doulagem para além do parto, com destaque ao contexto de abortamento, enquanto situação obstétrica, condizente com o ciclo gravídico-puerperal. A partir das premissas da humanização do cuidado, apresento uma etnografia multisituada com doulas no contexto de parto, abortamento, perda neonatal e gestacional; mulheres que sofreram violência obstétrica durante o abortamento; e outras categorias da saúde, engajadas na Humanização. Por fim, proponho a doula enquanto um entrelugar potente para pensar a humanização do abortamento.

[Trabalho completo](#)



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: